

A SOCIEDADE VISTA DA PERIFERIA

eunice ribeiro durham

Introdução

Durante toda a última década acumulou-se, no Brasil, um material muito rico, embora heterogêneo e fragmentado, sobre o modo de vida das classes trabalhadoras e da população pobre que habita as grandes cidades (1). Esse material resulta de grande número de pesquisas, muitas das quais realizadas por antropólogos, que abordam os temas mais diversos: a migração, a vida familiar, a situação da mulher, a alimentação, as formas de trabalho, os movimentos sociais e o que se convencionou chamar de estratégias de sobrevivência.

A essa heterogeneidade de temas e problemas acrescenta-se a diversidade da própria população estudada. Quase todos os trabalhos, mas especialmente os de cunho mais antropológico, que tendem a isolar como objeto de pesquisa um local ou uma instituição, lidam com uma população muito heterogênea do ponto de vista de sua inserção no mercado de trabalho: operários, trabalhadores por conta própria e biscateiros, empregadas domésticas e pequenos funcionários públicos, empregados de empresas de serviços as mais diversas, trabalhadores domiciliares por tarefa e toda a imensa gama de empregos de baixo prestígio e parca remuneração.

E, entretanto, apesar dessa diversidade, a familiaridade com essas pesquisas não pode deixar de revelar, mesmo ao investigador o mais desavisado, uma grande uniformidade no que diz respeito a valores fundamentais, hábitos, gostos e aspirações que parecem caracterizar o conjunto dessa população. Isso não é surpreendente. Podemos, com efeito, supor que as forças sociais que modelam a transformação da sociedade brasileira tendem a produzir, para os setores mais pobres da população urbana, condições de existência muito semelhantes. A uniformização do consumo criada pelo nível salarial, a existência de problemas comuns nas áreas de habitação, saúde, escolarização e acesso ao mercado de trabalho deve promover, nessa população, o desenvolvimento de tipos de sociabilidade, modos de consumo e lazer, padrões de avaliação do mercado de trabalho e formas de percepção da sociedade que lhe são próprias. Em outras palavras, podemos supor que condições de vida semelhante dêem origem a características culturais próprias.

A análise das semelhanças remete, portanto, ao universo da cultura. É dessa perspectiva que a heterogeneidade inicial se dissolve. Assim, a diversidade de inserção na estrutura produtiva, se bem que fundamental quando se está a analisar o processo de transformação da sociedade capitalista, assume significado muito diverso quando apreendida da perspectiva dos sujeitos que vivem esse processo. Desse ponto de vista, a imensa gama de ocupações de baixo prestígio e parca remuneração constitui, para a população sem escolaridade e sem qualificação profissional, um mesmo conjunto de opções de trabalho que integram seu horizonte de possibilidades de emprego. A história de vida de cada um e, com muito mais razão, a de diferentes membros de uma mesma família, se constrói a partir de experiências de trabalho diversificadas que ocorrem dentro desse mesmo universo de oportunidades ocupacionais.

É por isso que a análise dessas uniformidades e semelhanças, construídas ao nível da cultura, não pode ser realizada a partir dos conceitos que remetem à teoria marxista das classes sociais. O termo "classes populares", de cunho nitidamente descritivo, parece cobrir mais adequadamente esse conjunto simultaneamente diferente e semelhante e indicar que a análise está se processando num nível diverso daquele que é próprio da teoria das classes sociais.

Assumindo a perspectiva da cultura, este trabalho possui um duplo objetivo: de um lado, apresenta resultados de uma pesquisa específica, realizada no CEBRAP em 1982 por uma equipe de antropólogos (2), de outro, toma como pano de fundo e referência constante toda a etnografia dispersa, nos diferentes trabalhos produzidos sobre a cidade de São Paulo. Movendo-se nestes dois planos, o artigo procura apresentar uma síntese preliminar que permita organizar com mais clareza os resultados parciais e parcialmente superpostos de todas essas pesquisas que se vêm acumulando ultimamente.

Como o objetivo final é, na verdade, analisar o contexto cultural dentro do qual se movem as classes populares, o tema

e o objeto da pesquisa aqui apresentada têm um valor estratégico. Trata-se de uma investigação exploratória de três cidades médias do Estado de São Paulo (Rio Claro, Marília e São José dos Campos) (3). O fato da pesquisa não se realizar na metrópole permite o confronto e a comparação com o abundante material existente sobre a cidade de São Paulo e oferece uma certa garantia de estarmos lidando com orientações culturais de larga abrangência e ampla disseminação.

A escolha da "periferia urbana" como local e tema da investigação merece uma justificação à parte.

A periferia

A população pobre está em toda a parte nas grandes cidades. Habita cortiços e casas de cômodos, apropria-se das zonas deterioradas e subsiste como enclaves nos interstícios dos bairros mais ricos. Mas há um lugar onde se concentra, um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada periferia. A "periferia" é formada pelos bairros mais distantes, mais pobres, menos servidos por transporte e serviços públicos. Obviamente, o fenômeno de formação das periferias urbanas não é novo e nem sequer especificamente brasileiro. Em São Paulo, onde a vigorosa expansão urbana data do século passado e é contemporânea à imigração estrangeira, a cidade cresce desordenadamente há já um século. Entretanto, a partir da década de 50, o crescimento urbano não só aumenta de intensidade mas adquire características específicas que distinguem as novas periferias das antigas fímbrias urbanas.

Em primeiro lugar, nota-se, a partir dessa época, os efeitos da maciça substituição de trabalhadores estrangeiros por migrantes nacionais. Em segundo lugar, ocorre uma mudança muito radical no modo de solucionar o problema da habitação para os trabalhadores. No passado, o problema tendeu a ser resolvido pela iniciativa privada através das vilas operárias, da locação de cômodos ou de casas: A partir da Segunda Guerra Mundial, entretanto, que presenciou o congelamento dos aluguéis e a emergência de uma legislação que protegia o inquilino, esse tipo de investimento deixou de ser lucrativo. Abriu-se, então, um novo negócio, a venda a prestações de terrenos de baixo valor imobiliário, isto é, aqueles distantes ou localizados em áreas particularmente insalubres ou de topografia desfavorável, de difícil acesso, sem serviços públicos e, freqüentemente, sem documentação legal.

Vendeu-se, junto com os lotes, o sonho da casa própria, que passou a ser aspiração generalizada das classes populares. Seu resultado é claramente visível: bairros de ruas irregulares, sem calçamento nem iluminação, desprovidos de redes de água e esgoto, sem escolas e postos de saúde, com transporte difícil e caro. As casas construídas aos poucos pelos próprios moradores, parecem sempre inacabadas. Todo esse processo já foi amplamente estudado em São Paulo

A criação desse sistema de moradia popular teve conseqüências imprevistas e nem sempre funcionais do ponto de vista da necessidade de reprodução da força de trabalho para o capital. A maior parte dessas conseqüências prende-se a dois fenômenos inter-relacionados: a segregação e a imobilização relativas da população. A propriedade, mesmo ilusória, do terreno e o imenso esforço para a construção da casa constituem penosos investimentos a longo prazo - a população se fixa assim de modo relativamente permanente no local, presa a um projeto interminável. Por outro lado, como tende a ser semelhante o nível de rendimentos dos que compram os terrenos, cria-se uma uniformidade relativa da população, segregada pela distância e pela dificuldade do transporte do resto da cidade.

A uniformidade e a segregação relativas parecem favorecer o desenvolvimento de uma sociabilidade local que distingue essa população das camadas mais abastadas. Para estas, as distâncias são eliminadas pelo automóvel e pelo telefone e a sociabilidade se exerce entre parentes e amigos dispersos pela cidade. A casa ou o apartamento, isolados e auto-suficientes, limitam um espaço social que não é complementado pela vizinhança: Na periferia, ao contrário, a vizinhança e o bairro constituem locais privilegiados para a formação de redes de sociabilidade.

Há ainda outras implicações mais diretamente políticas dessa segregação e fixação da população de baixa renda. As pesquisas realizadas com segmentos os mais diferentes, indicam claramente que sua mobilidade espacial e ocupacional é orientada em função de um projeto familiar de melhoria de vida. Mas, se esse processo é sempre pensado como de responsabilidade individual e ocorre todo dentro da dimensão familiar privada, possui entretanto uma contrapartida propriamente social. É que a melhoria das condições de vida decorre também da urbanização da periferia que permite o acesso, por parte da população, aos serviços públicos urbanos: o asfaltamento e a iluminação das ruas, a água encanada e o esgoto, a construção do centro de saúde e da escola, a condução mais próxima e mais freqüente. É nessa esfera específica do morar que o projeto familiar de mobilidade social passa a ser uma referência coletiva necessária, que provém do confinamento no bairro criado pelo investimento na casa. Não só a melhoria do bairro beneficia a todos, mas não pode ser obtida através do esforço individual. É nesse momento e nesse contexto que a população se torna receptiva a

formas de organização que permitam uma ação conjunta.

Toda essa dinâmica já foi amplamente estudada na cidade de São Paulo. A proliferação das Associações de Moradores, que reflete a especificidade dessa forma através da qual as classes populares se constituem como sujeitos políticos foi ressaltada por grande número de pesquisadores. Entretanto, os processos propriamente culturais subjacentes a esta movimentação política ainda não foram suficientemente esclarecidos. Por outro lado, a generalização desse novo estilo de urbanização e de ação política nas cidades do interior do Estado está a exigir uma análise que não se restrinja à cidade de São Paulo e ao espaço metropolitano, mas abranja centros urbanos menores. Só assim se poderá avaliar a amplitude, as características comuns e as variações desse processo.

A visão da cidade

Nos núcleos urbanos pesquisados, todos de porte médio, a visão que a população mais pobre tem da cidade é, no conjunto, positiva. Quando se formula uma pergunta muito geral como "O senhor gosta daqui?", ou "O que acha da cidade?", as respostas são muito semelhantes e incluem um número limitado de padrões de referência.

As cidades médias são consideradas boas para se morar porque são simultaneamente limpas e tranqüilas. A ausência de violência também é apontada como uma das vantagens, assim como a ausência de correrias e atropelos. Nesse contexto, está sempre presente, implícita ou explicitamente, uma comparação com as grandes cidades, cujo exemplo mais completo é sempre a cidade de São Paulo. Esta é caracterizada negativamente pela poluição, aglomeração, atropelo, violência, dificuldade de locomoção.

Como os depoimentos são muito semelhantes, um exemplo bastará para ilustrar o tipo de resposta mais freqüente. Diz um morador de Rio Claro: "Gosto daqui. Se vou numa cidade como Campinas, por exemplo, é muito agitado, já não gosto. As cidades grandes como São Paulo, Campinas, são agitadas. Em tudo, desde a poluição. Aqui é tudo calmo, limpo".

O conjunto de atributos mobilizados nessa visão comparativa, define a valorização de um tipo de ordem que é constituída pela superposição de três planos: espacial, social e moral.

Cidade Pequena

**ausência de
"recursos"**

Cidade Média

**presença de
"recursos"**

Ao lado desses atributos referentes à ordem sócio-espacial, encontramos um outro que diz respeito à presença de "recursos". A palavra "recurso" tem um sentido amplo e refere-se, basicamente, à oferta de certos serviços públicos: em primeiro lugar, assistência médica, mas também escolas e transportes. Secundariamente, refere-se à presença de equipamentos urbanos como água, luz, esgoto, pavimentação. Finalmente, pode ainda incluir a existência de um comércio rico, variado e diversificado. Quando a referência são os "recursos", a comparação se desloca da cidade grande para a cidade pequena ou campo. Dois exemplos servirão para ilustrar este contexto: "Moramos dezesseis anos num lugar do Paraná, numa fazenda de café. Marília é melhor que lá, lá não tem recurso, não acha remédio de graça, a gente que é pobre precisa. Aqui ganha leite e remédio no Posto (de Saúde)"; "(Rio Claro) é uma cidade de recurso, quando as crianças ficam doentes é fácil. Eu vou para a Santa Casa, para o Pronto-Socorro. Para ir para a cidade tem bastante condução."

Caracteriza-se assim uma nova oposição:

CIDADE MÉDIA

limpeza - clima bom
sossego - calma
tranqüilidade
ausência de violência
e criminalidade

CIDADE GRANDE

poluição
agitação - correria
atropelo
violência e
criminalidade

Uma terceira referência constante nos depoimentos diz respeito à ordem econômica e se expressa na avaliação da facilidade ou dificuldade em se obter bons empregos. Neste contexto, a comparação é feita novamente com as cidades maiores e a condição desejável de abundância de bons empregos é sempre associada à grande indústria. Assim, Rio Claro e Marília, apesar de serem consideradas cidades muito boas, têm a desvantagem de oferecerem poucos empregos. Em São José, por outro lado, a grande oferta de empregos emerge sempre como a característica mais positiva da cidade. As grandes cidades industriais como Campinas e São Paulo, apesar de agitadas, violentas e poluídas, são valorizadas pelos empregos que oferecem. Nessa mesma linha de considerações, as cidades pequenas estão ainda em maior desvantagem que as cidades médias, oferecendo muito menos oportunidades de trabalho.

No conjunto, essa visão da cidade que se poderia chamar de global, que se manifesta nas respostas e perguntas muito gerais, tende a se articular através da percepção de um eixo que é dado pelo *continuum* rural-urbano. Este eixo, que abrange o campo, a cidade pequena, a cidade média e a grande metrópole, é definido de forma bastante precisa porque, em geral, a população possui uma experiência muito próxima e recente de migrações ao longo do *continuum* que lhe permite, através da própria história familiar, construir os parâmetros dessa geografia urbana.

Ao longo do *continuum*, as cidades são avaliadas em função de duas dimensões ou duas ordens de atributos. As duas dimensões são muito nítidas e são gerais a toda a população entrevistada. A primeira, bipartida, diz respeito à qualidade do espaço urbano que deve aliar ordem e tranqüilidade com a presença de "recursos" como serviços médicos, escolas, transportes, etc. A segunda se refere à ordem econômica e se traduz na abundância ou escassez de empregos bem remunerados, que são sempre associados à presença ou ausência de grandes indústrias.

Em termos da primeira dimensão, a cidade média é valorizada positivamente em relação a ambos os pólos do *continuum*, por combinar satisfatoriamente a tranqüilidade com os recursos. O campo e a cidade pequena são mais tranqüilos mas não oferecem recursos. A cidade grande oferece recursos mas não tranqüilidade.

No que diz respeito à segunda dimensão, a oferta de empregos, as cidades maiores são sempre favorecidas. São José dos Campos aparece como a combinação ideal, pois oferece muitos empregos sem ter destruído ainda a "tranqüilidade" própria, das cidades médias.

É necessário enfatizar um pouco a generalidade desse tipo de avaliação. Todas as entrevistas são extraordinariamente consistentes nos critérios que usam para avaliar a cidade, embora possam variar no peso atribuído a um ou outro fator na escolha da cidade onde estão residindo ou desejariam residir. Assim, pode-se preferir Rio Claro porque, apesar da dificuldade de emprego, apresenta a vantagem de oferecer muitos recursos e ser tranqüila. Ao contrário pode-se optar por uma cidade maior (como Campinas ou São Paulo), onde há maiores oportunidades de emprego, apesar da ausência de ordem e tranqüilidade.

Quando, por outro lado, analisamos os dados acumulados nas pesquisas realizadas sobre São Paulo, encontramos os mesmos tipos de referência (Caldeira, 1984). Na avaliação da cidade, os moradores da periferia paulistana se referem

constantemente às oportunidades de emprego como a principal vantagem da cidade. Aparecem também referências aos "recursos", mas a valorização é menos uniforme, porque estão sempre presentes, a deficiência dos transportes e a ausência de serviços urbanos que caracterizam a periferia. A poluição e a violência são frequentemente citados como problemas da cidade. O que não é uniforme em São Paulo, é a valorização da calma e tranquilidade. Embora se encontre às vezes a valorização das cidades menores em função desses atributos, é comum também o inverso - uma avaliação negativa das demais cidades, por serem "muito paradas" ou "não terem movimento".

É necessário, entretanto, indicar que essas representações a respeito da cidade são, em geral, muito sintéticas e tendem a se resumir em uma ou duas frases com poucas palavras. Ao contrário, quando o discurso se transfere da cidade para o nível mais concreto do bairro, da casa, das perspectivas ocupacionais dos informantes, amplia-se e se enriquece. É ao nível do vivido, das condições específicas de moradia e trabalho que as avaliações da cidade adquirem seu sentido próprio como orientação de vida e projeto de ascensão social.

São esses, portanto, os grandes temas em torno dos quais o discurso se estende e se enriquece: o urbano, traduzido no bairro e na casa; o econômico, traduzido no emprego. São essas as questões em torno das quais se estrutura a experiência imediata, as áreas nas quais os cidadãos, como "sujeitos", assumem posições e tomam decisões sobre seu próprio destino e em termos das quais visualizam as forças sociais impessoais que aparecem como limites externos (criados de fora) que definem o campo no qual as decisões são possíveis.

O bairro: a visão do progresso

Em São José dos Campos, Marília e Rio Claro, como em São Paulo e nas demais cidades brasileiras em crescimento, a constituição da periferia é um processo constante. A população mais pobre e os recém-chegados tendem a se localizar nas fímbrias da área urbanizada, onde a ausência de serviços como luz, água, iluminação, calçamento, esgotos torna o solo mais barato e mais acessível. Aí se localizam as residências mais modestas e os aluguéis mais baratos. Com o decorrer do tempo há um aumento da densidade populacional e a Prefeitura tende a estender os serviços públicos, valorizando os terrenos. As residências incompletas e precárias do início do povoamento vão sofrendo uma série de reformas, melhorias e ampliações. A cidade engole a antiga periferia, que se cria numa nova fímbria.

Todo esse processo faz parte da experiência de vida da população, que o assimila como parte das condições "dadas" dentro das quais realiza seu planejamento de uma estratégia de sobrevivência e ascensão social. No conjunto, o processo é caracterizado pela população como "progresso da cidade", avaliado positivamente e utilizado como uma das formas de transformação da sociedade global que a pode beneficiar diretamente.

A periferia, vista como *processo* pelos seus próprios habitantes, implica portanto numa visão diferencial e histórica dos bairros da cidade e a localização dos habitantes nesse espaço é correlacionada com sua posição na sociedade e com sua perspectiva de melhoria progressiva dessa posição.

As entrevistas são muito claras a esse respeito

"Hoje têm umas casas boas, inclusive tem nego rico morando aqui. Tem um professor ali, outro lá. Não contando as casas dos pobres, têm várias casas bonitas. Mas naquele tempo (início do loteamento) dava vergonha. Era só maloca" (Rio Claro).

"Antes não tinha luz, comprava gelo para a cerveja e ia ajeitando. Agora já tem luz... Falta luz na rua, calçamento, esgoto, mas pelo tempo deste loteamento está adiantado, nos outros, demora mais. O prefeito aqui, a fiscalização não nos atrapalhou nada. Todo mundo fez as suas casinhas e a fiscalização não atrapalhou. O prefeito tem atenção pelos moradores" (São José dos Campos).

Depoimentos muito semelhantes foram obtidos por diversos pesquisadores que trabalharam em São Paulo.

É nessa avaliação do progresso que aparecem nitidamente os aspectos considerados positivos da vida urbana.

"Este bairro aqui é bom. Antes era mais quieto. Agora tem muita gente. Tem casa boa, tem lojinha de roupa, açougue tem bastante, tem bastante casa de negócio. Antes não tinha nada. Tinha que ir comprar mais perto do centro. E não tinha ônibus, não tinha luz, não tinha água. Água até hoje, a bem dizer, não tem, porque eles desligam às 7 da manhã e só vai chegar às 4 da tarde, às vezes de noite... Agora deu no rádio que vai ter esgoto. Então eu acha que vai ter que arrumar a água. Tem que ser. Esgoto sem água..." (Rio Claro).

O processo é tão claro, que é facilmente verbalizado e conta como investimento.

Há também uma clara hierarquia na avaliação desses "recursos" que corresponde, em geral, à ordem em que normalmente são atendidos: em primeiro lugar, a luz, sem o que é o mesmo que viver no "mato". Em seguida, a água e o transporte. Depois a escola, o comércio, os postos de saúde. Por último o esgoto, o asfalto e a iluminação pública.

A população conta com esse processo. Uma das famílias entrevistadas, em Rio Claro, tinha acabado de construir uma casa na periferia mais distante. Mas, como lá não tinha luz, alugou a casa, que era melhor, e continuou a morar pagando aluguel numa casa pior, mas que tinha luz. Estava esperando a luz "chegar" na casa própria.

O lote e a casa: a melhoria de vida

O processo se inicia pela compra do lote, prossegue com a construção parcelada da casa e é o mesmo que se encontra na periferia de São Paulo e já foi extensamente analisado nesta cidade.

Conforme afirmou um dos donos de loteamento periférico em Rio Claro, o importante para vender é que a prestação do lote seja menor do que o aluguel de uma casa. "Aí, para o sujeito já é vantagem". Com o que estava gastando com o aluguel, "paga o que é seu", é só arranjar um dinheirinho para construir um barraco, onde mora provisoriamente até poder ir melhorando a moradia, num investimento contínuo.

"Com o dinheirinho que trouxe de Jaú paguei a entrada do terreno: Cr\$ 30,00. Com o resto, comprei tijolo e telha. Fiz estes dois cômodos aqui e entrei dentro. Era baixinho, não tinha altura que está hoje. Não tinha piso nem porta. Ganhamos uma porta e uns caixões. Com o caixão eu fiz janela. Era um barraco. De tijolo, mas era barraco. Fui trabalhando, fui melhorando. Subi a altura. Pagando na base da amizade, da ajuda, mas sem compromisso. (Quer dizer, se alguém ajudava aqui, quando eu estava folgado ia ajudar ele, mas não tinha obrigação.) Com dois anos consegui deixar estes cômodos deste jeito. Fiz mais um cômodo. Daí ficou parecendo uma casinha". (Rio Claro.) (Destaque meu.)

"Viemos, pagamos. Eu tinha umas tábuas, a gente podia morar no lote, mas não podia construir ainda. Fiz um barraco de madeira, até que o guarda-roupa era a porta da frente. Era junho, era frio, e as paredes era só de coberta. Ficamos ali e eu meti pau. Trabalhava de dia em construção e de noite e domingo era aqui E nós fomos construindo... Hoje (um ano depois) já tem tudo isso construído (um bar e 5 cômodos). Trabalhou, tem coragem para trabalhar, consegue. Esperar que cair do alto não cai mesmo" (São José dos Campos)

Todos os outros entrevistados, sem exceção, expressaram opiniões semelhantes. O geral é o relato da construção da casa por fases como o melhor exemplo de que as coisas vão melhorando, devagar e sempre: há progresso, enfim.

No que diz respeito à casa própria, as declarações anteriores já indicaram que seu significado ultrapassa bastante o de um local seguro para morar. É, por um lado, a prova de que é possível ascender; por outro, é uma poupança e um investimento. Os terrenos valorizam, a casa pode ser ampliada e alguns cômodos alugados para garantir uma renda extra e, no limite, pode ser vendida para se realizar um outro projeto: comprar um sítio no interior, estabelecer-se por conta própria.

A experiência de mais de uma casa no mesmo terreno é freqüente. A do fundo, normalmente a mais velha e precária, que se prolonga e melhora para a frente, ou vice-versa. Nessas residências múltiplas, os cômodos são alugados ou cedidos a parentes, geralmente, irmãos ou filhos.

O processo todo é muito penoso e freqüentemente exige o esforço prolongado de toda a família. Os filhos empregados ajudam o pai, vão casando e ficando, continuando a pagar, ampliando mais um ou dois cômodos separados para a nova família. Mas propriedade coletiva sempre cria problemas. Com a morte dos pais, os problemas de divisão da herança são fonte de muitos conflitos.

O processo, portanto, não tem fim. Assim que termina a dolorosa *via crucis* do pagamento do terreno e da construção da casa dos pais, recoloca-se a necessidade de começar tudo outra vez para os filhos. A esperança é que os filhos já estejam melhor de vida, tendo estudado e arrumado emprego melhor, podendo começar de um patamar um pouco mais alto. Quem consegue realizar esta esperança, tendo empregado nela toda a sua juventude e maturidade considera que, na verdade, venceu na vida. O mesmo processo e as mesmas avaliações são encontradas tanto em São Paulo como nas

demais cidades investigadas.

Há, portanto, em todo esse conjunto tão consistente de avaliações sobre a cidade, o bairro e a casa, uma orientação básica comum - o projeto de melhoria de vida. A crença na viabilidade desse projeto se apóia na crença no *progresso*. A experiência das transformações por que está passando a sociedade brasileira é vista, em geral, de modo positivo, implicando numa abertura das possibilidades de melhoria de vida da população que pode aproveitar-se delas através do *esforço*. Essa experiência do *progresso* é a experiência urbanização, pensada como um *processo*, concretizado na história de vida, de acesso crescente a recursos urbanos: morar em casa própria, em local asfaltado, iluminado, com água, esgoto e condução, perto de escolas e postos de saúde.

Toda essa construção de um modelo de vida decente e confortável, que orienta os julgamentos da população sobre a sociedade e o lugar que nela ocupam está, entretanto, intimamente vinculada a uma valorização da *propriedade* - não dos meios de produção, mas do espaço onde se desenrola sua vida, a casa. Nesse sentido é que se pode dizer que a propriedade valorizada é duplamente privada: na forma jurídica e no objeto a que se refere (4).

O emprego

Como fica muito claro na exposição anterior, a população sente que se beneficia das vantagens da cidade não apenas na medida em que utiliza os "recursos" mas principalmente na medida em que se torna proprietária de uma casa e o bairro onde mora "progride" e recebe melhoramentos.

Mas tudo isso constitui apenas uma dimensão da cidade, porque a própria permanência no local e a utilização dos recursos urbanos depende de conseguirem um emprego. O problema do emprego está sempre presente e o discurso sobre esta questão é o mais articulado, o mais extenso e o mais uniforme. Na representação da população de Marília e Rio Claro o problema do emprego aparece nitidamente associado ao do crescimento da população.

Os habitantes mais antigos têm uma visão "histórica" do problema:

"Eu acho a cidade boa, mas acho que tem pouco emprego. Tenho um filho que teve que ir trabalhar fora por falta mesmo de emprego. Ele tem diploma, fez SENAI, tem tudo... E nem assim arranhou"... "É o que eu digo, nesta cidade, só falta mesmo é indústria. Problemas de asfalto, de jardim, não têm não. Está tudo bom".. "É muita gente querendo trabalhar. A turma do sítio veio toda para a cidade. Por isso que falta serviço. Isso é de uns tempos para cá. Teve uma lei aí que apertou muito os fazendeiros. Antes eles tinham os empregados nas fazendas e quando aposentava podia mandar embora. Agora, não, tem que ficar com o empregado lá dentro. Então eles não querem mais empregados moradores. E o que aconteceu? Os empregados vieram morar na cidade e têm que tomar caminhão para ir trabalhar no sítio. Isto num ponto ajudou a cidade a crescer. Tiveram que fazer loteamento porque não comportava. Mas também, muitos que trabalharam no sítio agora trabalham na cidade e assim o serviço diminuiu" (Rio Claro).

Estas entrevistas não são casos isolados. A noção de que em Rio Claro, em Marília, o mercado de trabalho está saturado é muito geral, aparece em quase todas as entrevistas. Além da migração local e regional, aponta-se também a grande migração interestadual do Paraná, de Minas e do Nordeste ou Norte (que, na concepção popular, engloba a Bahia).

Vê-se, portanto, que há uma nítida percepção da existência de um mercado de trabalho. É nessa compreensão do mercado de trabalho que está associada a valorização da presença de indústrias que apontamos anteriormente. Na percepção das pessoas, apenas a grande indústria garante um mercado de trabalho favorável à mão-de-obra, oferecendo empregos mais bem pagos e aumentando o valor da força de trabalho. em todas as demais ocupações.

"Pra ser boa para morar, uma cidade precisa ter indústria para pagar bem. E aqui não tem" (Rio Claro).

"Aqui em Marília a falta de emprego é o que traz dificuldade." ... "Muitas indústrias que tinham serviço para homem já foram embora. Temos agora, mas só para mulher" (Marília).

Também parece ser consenso geral que a solução para o problema da falta de emprego seria não apenas a ampliação, mas a modernização do parque industrial. Não se valoriza igualmente qualquer indústria, mas especialmente a grande indústria.

"O bom mesmo é indústria, para dar mais emprego e ter um padrão de vida melhor... Sem indústria, não tem emprego.

Comércio dá emprego, mas é pouco. Uma loja grande pega 15 empregados. E 15 e nada é a mesma coisa. A cidade está crescendo de todo o lado. A população aumenta e a indústria não dá trabalho (suficiente). Uma cidade para ter um bom desenvolvimento precisa ter indústrias de material pesado, como aquelas do ABC, que têm os metalúrgicos. Aí sim. Indústria de 2.000, 3.000 empregados. Sem isso, não adianta aumentar a população. Aqui, há 7 anos atrás, tinha 50.000 habitantes. Hoje tem mais ou menos 130.000. Não é só os que vêm de fora não. É os que nascem também, que nasce muito mais do que morre. E ainda vem o pessoal do sítio" (Rio Claro).

Essa valorização da grande indústria está presa à percepção do mercado de trabalho estruturado em três tipos de empregos: o de bóia-fria; o emprego urbano que paga salário mínimo ou pouco mais e que é constituído pelas indústrias tradicionais, pela construção civil e por um conjunto disperso de empregos pouco numerosos, como atendente de posto de gasolina, auxiliares de oficinas mecânicas, as ocupações menos qualificadas do serviço público e dos hospitais, além da faixa dos biscates; e, finalmente, a indústria moderna, que paga melhor. Esse é, de modo geral, o mercado de trabalho no qual a população de baixa qualificação pode disputar empregos. Fora daí, resta o caminho, em geral sonhado como carreira para os filhos, que passa pela escolarização de nível médio ou superior e que permitiria a passagem para o trabalho não manual ou manual de alta qualificação, ou outro, ainda mais difícil, de abrir um "negócio".

A fábrica é, em qualquer circunstância, a referência central. É o critério a se privilegiar na procura de um emprego, mesmo para aqueles que não têm nenhuma qualificação pois, além do salário, oferece uma série de garantias ou vantagens. A questão é colocada com muita nitidez em São José dos Campos, onde o emprego fabril é abundante.

"A gente mora aqui porque depende da fábrica, o único jeito de viver é depender da fábrica. Cidade pequena sem fábrica não dá. Ele (o marido) é profissional, mas depende de fábrica: se ele for trabalhar fora de fábrica, ganha a metade" (São José dos Campos).

"Gosto mais de fábrica, já acostumei. Fábrica tem toda garantia, tem INPS, convênio, hospital... Preferível fábrica: tem horário pra chegar e pra sair, a gente sabe que deu aquele horário, acabou. No campo e de sapateiro não têm horário, tem que trabalhar de manhã até de noite" (São José dos Campos).

Como se vê, para a população das cidades médias o problema é muito claro. Os empregos urbanos mais acessíveis pagam salário mínimo, o que é insuficiente para sustentar a família. Como bóia-fria ganham mais, mas o trabalho é muito duro, incerto e não tem nenhuma garantia trabalhista. Por outro lado, o trabalho manual urbano melhor remunerado, aquele oferecido pelas indústrias modernas, é pouco e exige qualificação. Agora, a solução seria aumentar a oferta de trabalho melhor remunerado, aumentando o número de indústrias modernas. Isso permitiria aproveitar toda a mão-de-obra com alguma escolaridade e qualificação, diminuindo a oferta de trabalho nos demais setores o que acarretaria o aumento de salário também nessas outras empresas e no setor rural, como ocorre em São José dos Campos. A solução alternativa seria parar o aumento populacional.

Há inúmeros depoimentos em que estas questões são colocadas com muita nitidez. Seria desnecessário multiplicar os exemplos. Mas é importante salientar que toda a discussão sobre o mercado de trabalho está integralmente permeada pela preocupação com o salário. Nota-se claramente que a riqueza do discurso sobre esse tema indica uma tentativa de compreender os mecanismos responsáveis pelo baixo nível salarial. Nesse contexto, aparece frequentemente uma referência ao *valor*, não do trabalho, mas do *trabalhador*. Ela surge, por exemplo, na queixa de que "aqui o trabalhador não tem valor", ou na discussão sobre as vantagens para o mercado de trabalho que advêm da presença da grande indústria, quando se afirma que "só assim o trabalhador ia ter valor". O salário aparece assim, para o trabalhador, como expressão do valor que a sociedade lhe atribui e, portanto, como indicador objetivo da posição que ocupa na sociedade.

A comparação com as pesquisas realizadas em São Paulo não pode ser direta, pois o material não é equivalente. Com efeito, sobre o trabalho, as pesquisas vêm se acumulando há anos e são muito mais amplas, extensas e minuciosas do que as informações colhidas nas entrevistas que realizamos nas cidades médias. O mercado de trabalho é também muito mais amplo e complexo, o que se reflete na diversidade das perspectivas ocupacionais e dos projetos profissionais. Mas encontramos aqui também a valorização da indústria moderna como elemento dinamizador do mercado de trabalho (mesmo que as perspectivas ocupacionais se dirijam em outra direção) e a preocupação com o nível salarial como expressão do valor do trabalho. As pesquisas mais recentes, realizadas quando se anunciava a estagnação econômica, demonstram também a preocupação com a saturação do mercado de trabalho decorrente da continuidade do fluxo migratório.

Tanto num caso como em outro (cidades médias e metrópole), dentro dos limites estabelecidos pelo mercado de trabalho e o baixo nível salarial, as soluções são variáveis e, normalmente, encobrem toda uma estratégia familiar de distribuição de seus membros por diferentes tipos de ocupação, na tentativa de aumentar a renda da família para permitir o investimento na compra da casa. Paralelamente, há um esforço muito grande para garantir o "estudo" para os filhos, como mecanismo de aumentar o nível de qualificação e assegurar uma posição mais competitiva no mercado de trabalho.

O Estado

As referências ao Estado aparecem em contextos diferentes que dizem respeito a dois níveis: o do Governo Federal e o dos poderes locais. Quando a conversa aborda os problemas do custo de vida e do nível salarial, a questão é sempre referida ao "Governo", que deveria tomar alguma providência. No contexto, a palavra Governo sempre denota uma esfera mais distante do que os poderes locais e não há muita variação nos depoimentos colhidos em diferentes cidades: o "Governo" deveria controlar a inflação e fazer aumentar o salário.

"A inflação está aumentando dia por dia. Não adianta querer controlar a inflação. A situação está dura. Não sei nem quem é o culpado. Essa turma, uns falam, criticam o Governo" (Rio Claro).

"Para melhorar esse custo de vida, só osalário, o salário subindo. Porque a gasolina sobe todo mês, o salário não sobe, sobe uma vez por ano, mercadoria sobe doze vezes... Aí é difícil. O que precisava melhorar é o salário, mas aí quem dá jeito é o Governo... Se ele quiser pagar 10.000 ele fala, é obrigado as firmas pagar" (Marília).

"O custo de vida não tem jeito. Sempre foi assim e vai piorar mais ainda. Nós temos que consumir, não tem jeito. Só se for todo mundo plantar. Mas aí também o Governo tinha de dar proteção" (Rio Claro).

"O custo de vida sobe e o salário não. Uma parte do custo de vida é com o próprio morador, o dono da casa: tem que procurar comprar nos lugares mais baratos. Aoutra parte é com o Governo" (Marília).

Em São José dos Campos, os depoimentos são semelhantes. O problema do custo de vida é visto não como próprio da cidade, mas geral, e da responsabilidade do "Governo".

Em Rio Claro, cidade com tantos bóias-frias, a questão do custo de vida tende a ser relacionada com o êxodo rural. *"A obrigação do Governo seria fazer a turma plantar, plantar mantimentos... O Governo devia comprar as fazendas dos fazendeiros e pôr gente para plantar" (Rio Claro).*

O mesmo ocorre em Marília: *"Se o Governo resolvesse botar para produzir arroz, feijão, aí não tinha esses aumentos" (Marília).*

Entretanto, em nenhuma entrevista, surge qualquer expectativa de influir nesse Governo tão distante. Não parece haver nenhuma mediação entre esse nível de Estado e a população em geral, a exterioridade é completa. O discurso é vago e vazio.

Por outro lado, no contexto que diz respeito aos órgãos públicos que atuam no nível municipal e, especialmente, a Prefeitura, as expectativas são mais concretas e as relações com a população percebidas com mais clareza. As referências à Prefeitura sempre aparecem na discussão dos problemas do bairro e apresentam maiores diferenças de cidade a cidade que derivam do contexto urbano específico.

O que é geral nessas expectativas e na concepção dessas relações é que todos esses órgãos são designados sempre como "eles". Define-se claramente a exterioridade dos órgãos públicos e nem mesmo os vereadores ou prefeitos são concebidos como seus *representantes* por essa população. Entretanto, estão mais próximos do que o distante "Governo". As pessoas conhecem o prefeito e a Prefeitura, têm uma idéia do que fazem ou deixam de fazer.

Há, entretanto, alguma variação na concepção das atribuições da Prefeitura, e dos demais órgãos que atuam no nível municipal (CESP, DRE, SABESP). Na visão mais generalizada, a Prefeitura é a responsável por todos os serviços urbanos. Mesmo quando se reconhece que os órgãos responsáveis não são da Prefeitura, é o prefeito que deve providenciar os melhoramentos públicos.

"Aqui no bairro falta um bocado de coisa, principalmente o esgoto. Mas a gente não pode fazer nada Depende do

prefeito, dos vereadores, daquela gente de lá" (Rio Claro).

"Eu ouvi no rádio que agora vem esgoto. E também que vai passar asfalto na rua do ônibus. Ele (oprefeito) fez essa promessa. Faz tempo que nós estamos pedindo, fazendo abaixo-assinado" (Rio Claro).

Quanto à crença na eficácia da pressão popular, dos pedidos e dos abaixo-assinados, há muita variação:

"A cidade precisa sempre de muitas coisas. Se a gente vai deixando e a cidade é muito grande, tem muitas regiões, não dá para a Prefeitura fazer tudo. Tem que dividir. Então a gente tem que pedir"... "Agora, o mais certo na cidade é que a Prefeitura faz tudo conforme a gente pede. Veja o show do meio-dia, no rádio. A cidade pede e ele dá" (Rio Claro).

Por outro lado, há atitudes mais céticas ou mesmo de descrença:

"O prefeito antes vinha muito aqui. Agora nem vem mais. Eu não falo que não entendo nada. Mas a turma de lá, fala mal dele - que nem esse esgoto aí - diz que é só promessa" (Rio Claro).

De qualquer modo, como a Prefeitura é considerada a grande responsável pela cidade, como a visão da cidade e do seu crescimento é ordenada em termos de uma visão de progresso, a Prefeitura, de qualquer modo, adquire alguma legitimidade.

Além da responsabilidade pelos serviços públicos, cabe também à Prefeitura zelar pelo bem-estar da população. Desse modo, a crença geral, já indicada, de que a solução do maior problema da cidade, que é a falta de emprego, só poderá ser feita pela instalação de indústrias modernas, é também considerada atribuição da Prefeitura. O prefeito e os vereadores deveriam atrair indústrias.

Cabe ainda ressaltar que a relação entre Prefeitura e população é definida em termos de *dar* de um lado, *pedir* de outro. A população *pede*. O prefeito *dá ou não dá* e é julgado de acordo. Cabe à Prefeitura *fazer*. Alguns acham que está *fazendo* bastante, outros que *não está fazendo nada* ou muito pouco.

Também há a noção de que o prefeito *faz* mais pelos bairros centrais, mas, normalmente quando avaliam a atuação dos órgãos municipais, as pessoas o fazem estritamente em relação ao seu bairro e não em termos da cidade em geral. É assim, indiretamente, que aparece o problema das diferenças de classe na cidade, de seus interesses divergentes e de sua separação: na estratificação espacial e na identificação do nós como aqueles que ocupam um mesmo lugar na hierarquia dos bairros e das vilas.

Em São José dos Campos, por outro lado, as referências à Prefeitura são mais elogiosas. A idéia é que a Prefeitura está fazendo o que deve, atendendo progressivamente as reivindicações legítimas da população.

"São José não é uma Prefeitura rica: ela vem sendo bem administrada. A idéia do prefeito é a de que exista o centro e existam bairros, cada um com tudo que precisar. Isso aliás, é o padrão internacional. O padrão é que exista uma escola em cada bairro. As vezes, quando não dá para construir a escola direito, faz quebra-galho, faz modulado"... (São José dos Campos).

Essa expectativa de atendimento gradual é que parece estar sendo preenchida em São José e explica o fato de não termos encontrado nessa cidade, ao contrário de Marília e Rio Claro, movimentos reivindicativos. Num dos bairros, um movimento iniciado para obter luz extinguiu-se antes de se consolidar com o atendimento da reivindicação.

Em suma, em São José dos Campos, a atuação da Prefeitura parece estar mais próxima daquilo que a população considera ser seu papel.

Aqui, mais uma vez, embora não seja possível uma comparação direta com as pesquisas feitas em São Paulo, que se orientam em geral em outra direção, encontramos nítidas correspondências com os discursos comuns na periferia paulistana: a relação mais direta e mais reivindicativa com a Prefeitura, a oposição entre pedir e conceder (às vezes transformada num exigir e obter). "O Governo", também em São Paulo, assume a posição distante e inatingível, sendo responsabilizado pelo aumento do custo de vida e pela diminuição do salário. Mas, obviamente, com uma presença sindical mais forte e atuante, com a presença mais marcada da nova Igreja e, recentemente, a emergência do PT, as situações se diversificam e o discurso às vezes se altera, indicando maior politização. No conjunto entretanto, ainda

predominam as concepções e formulações que encontramos nas cidades do interior.

Conclusões

Os resultados de uma pesquisa exploratória como esta seriam em si muito pouco significativos se não fosse pela extrema uniformidade dos resultados obtidos por equipes diferentes de investigadores trabalhando independentemente em cidades diversas. Mais ainda, os julgamentos e avaliações dos moradores das periferias das cidades médias são muito semelhantes àqueles revelados por pesquisas que vêm sendo feitas na cidade de São Paulo nos últimos anos.

Resultados diferentes desses que obtivemos vêm sendo revelados apenas pelas pesquisas mais recentes realizadas na periferia paulistana. Com efeito, nesses trabalhos, alguns dos quais ainda em andamento, tem-se notado um pessimismo crescente, uma crítica mais acerba e uma tensão que não são aparentes nas pesquisas mais antigas nem nos dados que coletamos nas cidades menores. Aliás, a simples observação direta das periferias de São Paulo e das outras cidades revela muito claramente a maior deterioração das condições de vida da população pobre paulistana. Os bairros periféricos de Marília, Rio Claro e São José dos Campos estão longe de suscitar a mesma impressão de miséria, poluição e amontoamento da população que é tão visível em São Paulo. Também nas cidades menores é muito menos nítido o contraste entre os excessos de riqueza e de pobreza que a cidade de São Paulo exhibe acintosamente. Por isso mesmo, a crença em que a melhoria das condições de vida pode ser conquistada através do esforço pessoal e da colaboração familiar parece estar se esvanecendo mais rapidamente na metrópole do que nas cidades menores.

O estudo comparativo dos resultados de muitas investigações parece assim revelar, simultaneamente, a generalidade de uma certa representação da sociedade e o início de sua transformação. Usando o material disponível, é possível tentar configurar, de modo um pouco mais preciso, essa interpretação da realidade social que tem conformado a prática popular e que parece estar em vias de se alterar.

A análise dos depoimentos mostra, de forma muito clara, que essa visão de mundo se estrutura em termos de duas dimensões independentes mas articuladas - uma diz respeito à vida privada e é vista como dependente diretamente da iniciativa e da reponsabilidade de cada um; outra, que chamaremos pública, compreende, de um lado, a sociedade propriamente e, de outro, o Estado. A articulação entre essas dimensões é estabelecida pela compatibilidade entre crenças e valores que caracterizam cada uma das dimensões: na vida privada, a crença na possibilidade de *melhoria de vida*; na sociedade, a crença no *progresso*; no Estado, a esperança de *justiça social*.

Ao nível da vida privada situam-se, complementarmente, o indivíduo e a família. O discurso que revela o indivíduo é, basicamente, aquele que se refere ao trabalho, ao problema do emprego. Nesse discurso, a ênfase é colocada sempre na necessidade do *esforço* individual como instrumento indispensável para se "melhorar de vida".

Por outro lado, o trabalho individual remete à dimensão social do mercado de trabalho, apreendido sob a categoria "ter ou não ter emprego", sempre presente de forma muito marcante no discurso dos informantes. O mercado de trabalho constitui-se claramente, para essa população, como forma básica de apreensão da sociedade, marcada pela sua exterioridade em relação à capacidade de ação dos trabalhadores. O mercado de trabalho é compreendido como um dado da realidade com o qual as pessoas devem lidar, mas que não podem alterar. A natureza desse mercado de trabalho é determinada pela grande indústria, cuja presença ou ausência estabelece, na visão dos trabalhadores, as oportunidades de emprego. Por outro lado, o próprio uso do termo "emprego" para caracterizar esse aspecto da realidade social é muito significativo, pois como categoria, compreende, simultaneamente, tanto a quantidade como a qualidade das posições existentes no mercado de trabalho, como o nível salarial que permitem alcançar. Desse modo, referindo-se à estrutura impessoal do mercado, relaciona-a imediatamente, através do salário, às condições de vida, expectativas e vivências do trabalhador.

Pertence também à dimensão da vida privada a família. A importância da família como elemento básico de organização do modo de vida das classes populares está amplamente documentada em todos os depoimentos. Nota-se também que as referências à família estão constantemente associadas ao consumo. Ao contrário do trabalho, que possui uma referência individual necessária, o consumo é essencialmente familiar, exigindo a reunião das contribuições de diferentes membros do grupo doméstico. A família aparece assim como unidade de rendimentos, unidade de consumo e lugar da divisão sexual do trabalho. A contrapartida social do universo privado da família é, portanto, o mercado de consumo, isto é, a oferta de bens e serviços colocados à disposição dos compradores. A compreensão da natureza desse mercado está contida na referência constante ao *custo de vida*. Como os termos "ter emprego" e "salário", o "custo de vida" refere-se,

simultaneamente, à impessoalidade do mercado e às condições de vida pessoais e concretas. Em função do "custo de vida", a organização privada da vida familiar se faz em termos de poupança e *sacrifício*.

Nessa perspectiva, a sociedade, como realidade exterior à vida privada, aparece como mercado, na dupla face de mercado de trabalho e mercado de consumo.

Temos assim um conjunto inicial de categorias articuladas que estruturam a percepção da realidade social. Colocando entre parênteses os termos introduzidos pelo investigador para diferenciá-los das categorias empregadas pela população, podemos construir o seguinte quadro:

Quadro 1

Dimensão Privada	Categorias de Conexão	Dimensão Societária
(Indivíduo) Trabalho-Esforço	Salário	(Mercado de Trabalho) emprego — indústria
Família Poupança-Sacrifício	Custo de Vida	(Mercado de Consumo)

Note-se que a família desempenha um papel-chave nessa articulação uma vez que, colocando seus diferentes membros como indivíduos no mercado de trabalho e reunindo os diferentes rendimentos assim obtidos para o consumo comum, constitui a instância na qual são mutuamente referidos o salário (obtido individualmente) e o custo de vida (que condiciona o consumo coletivo). Além disso é à família propriamente que se aplica o projeto de "melhoria de vida", pensado como processo intergeracional e que exige a qualificação crescente dos trabalhadores. Note-se que essa qualificação é sempre apresentada como sendo de responsabilidade privada do trabalhador e de sua família. É na família, portanto, que se articulam as referências ao mercado de trabalho e ao mercado de consumo, a dimensão privada e a social na relação necessária entre *salário* e *custo de vida*.

O projeto de melhoria de vida que organiza a atividade individual e familiar parece se concretizar de modo muito marcante na casa própria. Resultado do trabalho e dos esforços dos indivíduos, do sacrifício e da poupança de toda a família a casa própria constitui, por assim dizer, a síntese da dimensão privada da vida social. Mais ainda, a casa, momento muito rico do discurso, aparece como objetivação do nível de melhoria de vida atingido. Sendo espaço privilegiado da vida privada, a casa tem como contrapartida, na dimensão da sociedade, os serviços urbanos: água, luz, asfalto, iluminação pública, transporte, escolas e postos de saúde. O envolvimento da casa pela urbanização do bairro constitui assim a face social da melhoria de vida concretizada na casa. A "melhoria de vida" se realiza portanto através de dois modos complementares. De um lado, pelo acesso dos indivíduos, graças ao seu esforço, a bons empregos que permitem, com a poupança (sacrifício) da família, a construção da casa própria. De outro, pelo acesso crescente aos benefícios urbanos. O *progresso* da sociedade que garante a possibilidade de melhoria da vida privada consiste no processo de ampliação do mercado de trabalho e no acesso ao mercado de consumo determinados pela industrialização e na oferta crescente de serviços urbanos à população.

Nosso quadro inicial pode ser agora ampliado:

Quadro 2

Dimensão Privada	Categorias de Conexão	Dimensão Societária
(Indivíduo) Trabalho-Esforço	Salário	(Mercado de Trabalho) emprego — indústria
Família Poupança-Sacrifício	Custo de Vida	(Mercado de Consumo)
Casa	Recursos	Bairro — Cidade
Valor: Melhoria de Vida		Valor: Progresso

Algumas observações adicionais podem ser feitas em relação a esse esquema. Em primeiro lugar, deve-se considerar que a apreensão da sociedade (em oposição à vida privada) é dominada pela percepção do mercado em sua dupla dimensão de "oportunidades de emprego - custo de vida". Trata-se, portanto, propriamente, da "sociedade civil" na sua acepção clássica, concebida aqui como exterior à ação individual, como "dado" que configura os parâmetros dentro dos quais as pessoas (nas famílias) devem procurar suas possibilidades de melhorar de vida. Em segundo lugar é necessário mostrar que a importância crucial da crença na "melhoria de vida" e no "progresso" como elementos estruturantes da percepção da sociedade e da prática indica menos uma visão estática da morfologia social que a apreensão de um processo. Esse processo corresponde à síntese do modo pelo qual as pessoas viveram as transformações da sociedade brasileira, centradas no binômio industrialização —urbanização.

Finalmente, devemos observar que a insatisfação crescente que se vem observando ultimamente na periferia paulistana decorre, basicamente, da inviabilidade crescente da realização da sonhada melhoria de vida, dada a estagnação do processo. A crise econômica com seus corolários de desemprego, diminuição da renda familiar e aumento do custo de vida estão desestruturando todo o esquema em função do qual as classes populares organizaram sua prática social nas últimas décadas.

Resta ainda analisar, dentro deste esquema, o lugar e as funções atribuídas ao Estado. Os poderes públicos aparecem no discurso popular em dois momentos bastante distintos e de modo bastante diverso.

O primeiro momento, e o mais nítido, está associado ao discurso sobre o bairro e a cidade. Nesse contexto são mencionados sempre os poderes locais (basicamente a Prefeitura, mas também o governo estadual), como responsáveis pela oferta dos serviços públicos: água, luz, asfalto, iluminação pública, transporte, escola, posto de saúde, posto policial. Nas cidades menores os detentores do poder local são conhecidos e identificados. Existe também uma percepção definida da possibilidade de pressão e reivindicação popular. Os mecanismos conhecidos e aceitos de reivindicação coletiva são o abaixo-assinado e a concentração de moradores no prédio da Prefeitura ou o contacto direto de pessoas ou comissões com o prefeito.

Note-se que esse tipo de ação coletiva, embora não dispense líderes, organizadores e mediadores, embora tanto possa surgir espontaneamente como ser suscitado por grupos políticos organizados de fora, implica sempre numa confrontação direta da população em seu conjunto com os detentores dos poderes públicos. Em outras palavras, admite antes organizadores e porta-vozes do que, propriamente, representantes. Trata-se portanto de uma ação política de tipo muito primário que, confrontando "o povo" de um lado e "as autoridades" de outro, afirma a exterioridade destas em relação àquele.

O outro momento no qual o discurso popular se refere ao Estado é aquele no qual se menciona uma entidade vaga e mal definida denominada "Governo". A entidade "Governo" é muito mais nebulosa que os poderes locais - não tem uma face discernível, embora às vezes se personifique na figura do Presidente da República. A palavra Governo refere-se basicamente aos poderes públicos federais e, dentre esses, especialmente ao Executivo. As considerações sobre o Governo surgem no contexto das considerações sobre o emprego e o custo de vida, esperando-se dele que aumente um e diminua outro. Sua função parece portanto ser concebida, essencialmente, como a de controle dos interesses privados na esfera do

mercado, de modo a coibir a exploração excessiva dos pobres ou "fracos" pelos ricos e poderosos. Essa concepção de Governo o constitui como uma entidade acima das classes e fora da sociedade e que possui uma função de *justiça social*. Desse modo, se a esfera do mercado aparece na independência da sociedade civil, ela pode e deve ser controlada pelo Estado no interesse do bem comum. Essa concepção é certamente reforçada pelo fato de que os momentos nos quais a população sente a ação direta do Estado (ou sua omissão) referem-se à fixação do salário mínimo e ao estabelecimento do controle dos preços. Por outro lado, a relação institucional com os poderes públicos federais se dá quase que exclusivamente através do INPS e remete à noção dos "direitos" dos trabalhadores.

O que cabe ressaltar nessa imagem do Governo é exatamente sua completa exterioridade face à população. Em primeiro lugar, como se ignoram os mecanismos institucionais de ação governamental na esfera do controle do mercado, essa ação aparece sempre como um ato puro de vontade e poder. Acredita-se apenas que o Governo *pode e sabe* como fazê-lo. Por vezes a pressão resultante do excesso de oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho resulta na concepção de que a interferência governamental deve se dar no sentido de conter o fluxo migratório para as cidades, facilitando o acesso do trabalhador rural à terra. Desse modo se conseguiria, simultaneamente, diminuir a oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho e aumentar a oferta de alimentos, diminuindo o custo de vida. Outras vezes, exige-se do Governo uma ação puramente repressiva, coibindo "abusos". De um modo ou de outro, pensa-se como função do Governo o controle, o estímulo e o planejamento das atividades produtivas no interesse do bem-estar coletivo; paralelamente, cabe ao Governo contrabalançar as diferenças sociais, assistindo a população pobre e assegurando-lhe direitos (à assistência médica e à aposentadoria, especialmente).

A exterioridade do Governo se manifesta também na ausência de mecanismos institucionais reconhecidos de ação ou pressão, sobre o mesmo. Os recursos políticos que a população costuma utilizar, o abaixo-assinado e a concentração popular na presença de autoridade, úteis ao nível local, são inaplicáveis e inoperantes face a esse Governo tão distante, como o atesta sobejamente o movimento do custo de vida. Não existem concepções referentes a um sistema de representação que estabelecesse a mediação entre o povo e esse nível do Estado. Nesse sentido, pode-se dizer que o desmantelamento do sistema de eleições para os cargos executivos, promovido pela revolução de 64, destruiu efetivamente os mecanismos através dos quais as classes trabalhadoras podiam conceber uma relação política com o poder central que ficou, dessa forma, fora do alcance tanto do saber quanto do poder popular. Nessa análise, centrada no morador, no bairro e na cidade, omitiu-se uma relação importante com a sociedade e o Governo que se efetiva através do sindicato. Há que observar, entretanto, que as considerações sobre as oportunidades de emprego, surgiram espontaneamente nas entrevistas, mas o mesmo não ocorreu com o movimento sindical. De qualquer forma, seria importante complementar essa reflexão, em outro momento, com uma análise mais aprofundada das concepções acerca do sindicato.

O esquema anterior, montado em função da dicotomia vida privada-sociedade, pode ser agora completado com uma nova dimensão : a do Estado.

Quadro 3

Dimensão Privada	Categorias de Conexão	Dimensão Societária	Dimensão Política
(Indivíduo) Trabalho-Esforço	Salário	(Mercado de Trabalho) emprego — Indústria	Governo
Família Poupança	Custo de Vida	(Mercado de Consumo)	(Governo) Estadual
Casa	Recursos	Bairro — Cidade	(Poderes Locais) Prefeito
Valor: Melhoria de Vida		Valor: Progresso	Valor: (Justiça Social)

Para concluir, convém indicar que, se a exterioridade e inacessibilidade do Governo não destruiu sua legitimidade

enquanto se manteve a crença no progresso e na viabilidade de projeto de melhoria de vida, a *crise econômica* que ameaça esse projeto parece levar a população a buscar mecanismos de manifestação de seu descontentamento e desespero. A crescente agitação política incentivada pelo processo eleitoral constitui ocasião privilegiada para a manifestação do descontentamento e, portanto, para a emergência de novas formas de ação política cuja necessidade parece ser difusamente sentida por todos.

O esquema interpretativo preliminar que apresentamos é certamente demasiado simplificado para dar conta de todas as nuances e contradições da imagem da sociedade construída pelas classes populares. Além de não incluir a dimensão sindical e partidária, que não aparecem espontaneamente no discurso, mas certamente fazem parte do universo de referência dessa população, haveria ainda que analisar as referências ao INPS, que estabelecem outra conexão entre a vida privada e o Governo. Também é óbvio, não incluímos outras dimensões importantes da vida privada e pública, como o lazer e a religião. Mas acreditamos que, mesmo assim, esta tentativa de uma análise mais global dos pressupostos que informam a prática política das classes populares oferece um ponto de partida para a reflexão mais globalizante, que supere o particularismo das monografias.

Texto recebido para publicação em abril de 1986

NOTAS

1 - A bibliografia contém principais trabalhos utilizados sobre a cidade de São Paulo. Há também uma rica etnografia sobre a cidade do Rio de Janeiro, que não examinamos sistematicamente e que, por isso mesmo, é citada na bibliografia apenas de forma indicativa. Por outro lado, muito do conhecimento sobre a periferia de São Paulo provém de pesquisas não publicadas, ou publicadas parcialmente, que foram ou estão sendo realizadas por alunos sob a orientação de Ruth C.L. Cardoso ou minha.

2 - O grupo de pesquisadores, coordenado por Ruth C. L. Cardoso incluiu Teresa P. do Rio Caldeira, José Guilherme Cantor Magnani, Elizabeth Bilac e eu mesma. Agradeço a todos a permissão de utilizar o material da pesquisa para este artigo, assim como a contribuição que deram, nos inúmeros seminários que realizamos, para a sistematização das idéias aqui expostas.

3 - A seleção das cidades foi feita de modo a incluir regiões diferentes do Estado e tipos diversos de urbanização. Optou-se, nesse processo, por três cidades:

- São José dos Campos, por representar um núcleo urbano em expansão acelerada provocada pela concentração de grandes indústrias.
- Rio Claro, como cidade de antiga tradição operária, ligada à presença das oficinas da Cia. Paulista de Estradas de Ferro e a pequenas indústrias de tipo tradicional. Essa cidade apresenta, além disso, a característica de se localizar numa das regiões agrícolas mais desenvolvidas e produtivas do Estado, reunindo apreciável contingente de bóias-frias.
- Marília constitui, ao contrário das outras cidades, um núcleo urbano de formação muito recente, tendo sido uma das mais célebres cidades pioneiras na década de 30. A indústria que se formou na cidade, presa à transformação direta de produtos agrícolas regionais, está sendo desativada e a população está diminuindo. São José e Marília foram pesquisados por uma equipe, Rio Claro por outra. Nas três cidades o procedimento foi o mesmo:
 - levantamento sucinto da história do desenvolvimento da cidade, a partir de fontes secundárias;
 - entrevistas com informantes qualificados (sociólogos e pesquisadores que trabalham na cidade, líderes políticos e sindicais, habitantes considerados conhecedores da cidade);
 - mapeamento do crescimento recente da cidade e localização da nova periferia;
 - reconhecimento de toda a zona periférica para identificação visual das características espaciais aparentes;
 - seleção de bairros diferenciados para a realização de entrevistas;
 - entrevistas informais com líderes locais e habitantes contatados em postos de saúde, bares, etc.;
 - entrevistas formais gravadas nas residências com habitantes do bairro.

Em São José foram estudados 4 bairros e realizadas 28 entrevistas gravadas. Em Rio Claro, foram feitas 14 entrevistas gravadas em 3 bairros. Em Marília, o estudo abrangeu 3 bairros e 24 entrevistas. (As. entrevistas informais não estão incluídas nesta relação.)

Foram elaborados relatórios de pesquisa sobre cada uma das cidades estudadas e um trabalho especial foi preparado por Teresa Caldeira a partir da

pesquisa bibliográfica da cidade de São Paulo.

4 - Há ainda uma observação que se faz necessária sobre os conjuntos habitacionais do BNH. O ingresso nesse sistema não altera radicalmente o discurso. Em primeiro lugar porque, construídos geralmente em local distante, implicam igualmente na expectativa de que o progresso chegue ao bairro, com a urbanização dos vazios e o aumento da oferta de serviços públicos. Depois, porque todo o discurso sobre o esforço e o sacrifício se alteram muito pouco - referem-se à prestação da casa, em vez da do lote, e à reforma, em vez da construção inicial. Com efeito, a necessidade de fazer o muro que cerca o terreno aparece para a população como uma primeira necessidade que se segue à mudança. Depois, começa o processo de ampliação (que se inicia sempre pela cozinha) e embelezamento das fachadas. Com isso, nos conjuntos mais antigos, a uniformidade original desapareceu quase que totalmente, o que a população valoriza muito (aqui já não parece BNH).

Bibliografia

BLAY, Eva Alterman. *A luta pelo espaço*, Petrópolis, Vozes, 1978.

BILAC, Elizabeth Dória. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*, São Paulo, Símbolo, 1978.

BONDUKI, Nabil Georges & ROLNIK, Raquel. *Periferias - ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*, **São Paulo, FAUUSP - Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979.**

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de et al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, São Paulo, Loyola, 1976.

CARDOSO, Ruth Correa Leite. "Favela: conformismo e invenção". *Ensaio de Opinião 2 + 2*, p. 36-43.

_____. "Sociedade e poder: as representações dos favelados de São Paulo". *Ensaio de Opinião 2 + 4*, p. 38-44

_____. "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico". In: Sorj, Bernardo & Almeida, Maria Hermínia Tavares de (org.). *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 215-239.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A caminho da cidade*, São Paulo, Perspectiva, 2a edição, 1978.

_____. "Movimentos sociais, a construção da cidadania". *Novos Estudos CEBRAP*, n.º10, out-dez., 1984, p. 24-31.

MACEDO, Carmem Cinira. *A reprodução da desigualdade*, São Paulo, Hucitec, 1979.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

MOISÉS, José Alvaro et al. *Cidade, povo e poder*. **Coleção CEDEC-Paz e Terra vol. 5, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.**

RODRIGUES, Arakcy. Martins. *Operário, operária*, São Paulo, Símbolo; 1978.

SAMPAIO, Maria Ruth & LEMOS, Carlos A. C. *Habitação popular auto-construída*, São Paulo, FAUUSP, 1978.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

VALLADARES, Lícia do Prado (org:). *Habitação em questão*, Riode Janeiro, Zahar, 1980.

____. *Repensando a habitação no Brasil*, **Rio de Janeiro, Zahar, 1983.**

VELHO, Gilberto (coord.). *O desafio da cidade*, Riode Janeiro, Campus, 1980.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*, São Paulo, Brasiliense, 1985.